

A Influência da Fecundidade na Inserção Feminina no Mercado de Trabalho Nordestino e nos Determinantes Salariais

RESUMO

Este artigo aborda algumas características relacionadas à oferta de trabalho feminina no Brasil nos anos de 1995 e 2009, tratando a questão da fecundidade como elemento central do estudo e tendo como foco espacial a região Nordeste. As análises descritivas ratificaram a existência de um efeito substituição negativo, e superior ao efeito renda, provocado pela presença adicional de um filho na família, a partir de um determinado número de filhos. As análises econométricas indicam que a taxa de fecundidade tem influência tanto na participação (reduzindo a participação feminina no mercado de trabalho, em 1995) quanto nos determinantes salariais da mulher no mercado de trabalho (resultado em perdas salariais, tanto em 1995 quanto em 2009). Sobre este último, uma mulher com três ou quatro filhos pode ter uma queda de até 17,4% no salário, quando comparada a uma mulher sem filhos.

PALAVRAS-CHAVE

Fecundidade. Emprego. Salário.

Paulo Aguiar do Monte

- Professor do departamento de economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Doutor em Economia pelo PIMES da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- Pós-Doutorado pela University of Cambridge/UK;

1 – INTRODUÇÃO

A redução da taxa de fecundidade (e de mortalidade), em grande parte devido ao desenvolvimento dos países, tem sido um fator determinante para a alteração no mercado de trabalho, especialmente para as modificações verificadas na composição da população ocupada, especificamente no que respeita à crescente participação das mulheres.

O ingresso das mulheres no mercado tem ocorrido de forma mais intensa a partir dos anos 1940. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2007, as mulheres representavam cerca de 1,2 bilhão (41,4%) de trabalhadores empregados no mundo. No Brasil, o aumento da participação feminina no total da População Economicamente Ativa (PEA) foi espantoso: em 1973, apenas 30,9% da PEA eram do sexo feminino, saltando para 41,4% em 1999 e atingindo 48,0% em 2009, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para se ter ciência da atual expansão feminina, de 2004 a 2009, a população ocupada no Brasil aumentou em, aproximadamente, 3,0 milhões de pessoas, das quais mais da metade eram mulheres, refletindo, assim, a contínua e crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Os fatores comumente apontados como responsáveis pela modificação da composição da força de trabalho são: diminuição da taxa de fecundidade total (aqui entendida como o número de filhos, nascidos vivos, por mulher), redução da discriminação contra a mulher, rejuvenescimento da fecundidade e a urbanização (decorrente da migração rural-urbana, que acarretou melhoria das condições de vida). Apesar de a tendência de queda da taxa de fecundidade ter sido observada na maioria dos países em desenvolvimento, no Brasil, este processo de declínio na fecundidade se deu em um período curto, de aproximadamente 40 anos.¹

Deve-se destacar que tais observações não são homogêneas, haja vista as diferentes realidades socioeconômicas observadas internamente em um mesmo país, como o Brasil. Os diferenciais por região

e estratos sociais mostram que as regiões Norte e Nordeste, menos desenvolvidas economicamente, apresentam taxas de fecundidade bem superiores às das demais regiões. Além da questão regional, os diferenciais sociais mostram que existe uma parcela da população feminina com níveis de reprodução relativamente altos, especificamente as mulheres menos escolarizadas, que chegam a ter uma taxa de fecundidade quatro vezes superior à observada para as mulheres mais escolarizadas.

É importante destacar que o declínio da fecundidade está, também, associado a uma forte mudança estrutural de rejuvenescimento da fecundidade, que tem acarretado o aumento na velocidade de reposição das gerações, suavizando os impactos do declínio da fecundidade. Esta é uma discussão bem mais ampla e não menos importante que está retratada nos trabalhos de Berquó e Cavenhagi (2004) e Souza (2005), que analisam a questão pela ótica sociológica da produção feminista e da maternidade.²

Do ponto vista puramente econômico, a taxa de fecundidade pode ajudar a explicar uma maior (menor) participação da mulher no mercado de trabalho. Segundo Pazello e Fernandes (2004), o impacto da maternidade sobre a oferta de trabalho feminina resulta em um efeito renda (que tende a ser positivo devido à redução da renda *per capita* familiar) e um efeito substituição (resultante do custo de oportunidade, que, dependendo do salário recebido no mercado, poderá ser negativo em função dos benefícios da maternidade – satisfação e habilidades na criação dos filhos) que segue após o nascimento do filho e que, dependendo de suas respectivas magnitudes, pode afetar o engajamento da mulher no mercado de trabalho.

Neste contexto, este trabalho se propõe a analisar os fatores relevantes para explicar a participação das mulheres na força de trabalho e os determinantes da sua remuneração salarial, tendo como eixo central a questão da fecundidade e a região Nordeste. Para tal, utiliza-se o modelo de Heckman (1979), com correção do viés de seleção. A amostra selecionada advém dos microdados da PNAD de 1995 e 2009, restritos às

¹ Em 2006, o IBGE contabilizou a mais baixa taxa de fecundidade total já registrada no país, cerca de 2,0 filhos por mulher, bastante inferior à taxa observada em 1970 (5,8 filhos) e em 2000 (2,4 filhos).

² É importante ressaltar, ainda, que a presença de um filho tem impactos diferentes na vida laboral da mãe em relação à do pai. (CABRAL, 2002).

mulheres com idade entre 16 e 65 anos. (IBGE, 1995, 2009).

Além desta seção introdutória, este trabalho está estruturado em mais cinco partes. A seção 2 faz uma breve exposição da fundamentação teórica e da literatura sobre o assunto. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos utilizados. Em seguida, na seção 4, será feita uma descrição geral da amostra. A seção 5 aborda os determinantes da participação e do salarial no mercado de trabalho. Finalizando, a seção 6 traz os comentários finais.

2 – APORTES TEÓRICOS DA RELAÇÃO OFERTA DE TRABALHO E MATERNIDADE

Tendo como suporte teórico o enfoque neoclássico, assume-se que a decisão de trabalhar está vinculada ao fator tempo e à necessidade de obter recursos para sua sobrevivência, dispondo escolhas entre horas de trabalho remunerado e lazer (não-trabalho).³ Assim, ao decidir quantas horas dedicar ao trabalho, está-se decidindo sobre o número de horas diárias de lazer a que se está disposto a renunciar.

Considerando a família como uma unidade de trabalho, uma questão importante refere-se à decisão familiar.⁴ Segundo a Teoria Neoclássica, a decisão familiar de quem vai trabalhar, seja o homem ou a mulher, é tomada conjuntamente baseada em quem é mais produtivo no mercado de trabalho, ou seja, assume-se que as escolhas da família derivam de um processo de maximização de uma função de utilidade, que representa a preferência única da família, sujeita a uma restrição orçamentária conjunta.⁵

3 A Teoria Econômica possui vários modelos que podem ser aplicados sobre a oferta de trabalho da mulher. De uma forma geral, os modelos são subdivididos em estáticos ou múltiplos e levam em consideração o aspecto individual ou familiar na determinação da oferta. (KILLINGSWORTH; HECKMAN, 1986).

4 Segundo Fernandes e Scorzafave (2007), a abordagem unitária vem sofrendo críticas tanto sob o ponto de vista metodológico (análise de bem-estar dos indivíduos) quanto das evidências empíricas. Surge, então, o modelo coletivo, que incorpora o fato de as famílias serem compostas por diversas pessoas com diferentes preferências, gostos e desejos.

5 Estudos sobre a decisão de ter filhos têm interessado a pesquisadores desde o século passado e deram origem à corrente econômica posteriormente denominada “Teoria da Família”, segundo a qual, a opção dos pais por filhos pode representar uma mudança em seus hábitos,

O impacto da maternidade sobre a oferta de trabalho da mulher pode ser analisado como resultado líquido do Efeito Renda (ER) e Efeito Substituição (ES) que seguem o nascimento do filho.⁶ Segundo a teoria econômica, o efeito renda tende a aumentar as horas destinadas ao trabalho (ΔH), visto que as mudanças provocadas na renda, ΔY (neste caso, considera-se que, com a maternidade, a renda familiar *per capita* se reduz) induzem a mulher a participar ativamente da força de trabalho para manter o mesmo nível de renda anterior à chegada do novo filho – admitindo que o salário (W) permaneça constante (sua derivada é negativa) – equação 1.

$$ER = \frac{\Delta H}{\Delta Y} \mid \bar{W} < 0 \quad (1)$$

Por outro lado, o efeito substituição representa o custo de oportunidade da mulher e está associado ao salário recebido no mercado. Considerando que a renda não varia e que a maternidade é uma atividade intensiva em horas de tempo, menor seria o número de horas dedicadas ao trabalho e, conseqüentemente, menor seria o salário auferido. Assim, tanto o numerador quanto o denominador se movem na mesma direção (sua derivada é positiva; equação 2). Portanto, acredita-se que o efeito substituição diminua as horas dedicadas ao trabalho, sendo superior ao efeito renda, resultando no fato de que a maternidade teria um efeito negativo sobre a oferta de trabalho da mulher.⁷

$$ES = \frac{\Delta H}{\Delta W} \mid \bar{Y} > 0 \quad (2)$$

A conclusão de que o número de filhos repercute negativamente na participação da mulher no mercado (nas horas destinadas ao trabalho) é encontrada em vários estudos sobre a temática, contudo tratando aspectos diferentes da relação entre fecundidade e participação.

provocando alterações na oferta de trabalho. (CHIAPPORI, 1992).

6 Killingsworth e Heckman (1986); Soares e Izaki (2002) e Pazello (2006) são estudos empíricos sobre a oferta de trabalho feminina.

7 Mincer (1963 *apud* PAZELLO, 2006) foi o primeiro autor a derivar a relação negativa entre o custo de oportunidade da mãe (medido pela taxa de salário) e a fecundidade.

Na linha de trabalhos que abordam a maternidade do ponto de vista econômico, destacam-se os trabalhos de Bruschini e Lombardi (1996) e Pazello (2006), que analisam o impacto da presença de filhos na decisão de ingresso no mercado de trabalho.

Na linha dos que versam sobre a fecundidade numa projeção dinâmica e econômica, estão os de Soares e Izaki (2002) e Souza (2002). Já dos que relacionam o estado conjugal à participação da mulher no mercado, podem-se citar os de Souza (2002) e Del Boca; Locatelli e Pasqua (2000). De uma maneira geral, os artigos analisam o impacto da presença de filhos na participação das mulheres, casadas e/ou solteiras, no mercado de trabalho e, também, a influência do marido na sua participação.

3 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Ao se analisarem os determinantes do engajamento da mulher, deve-se precaver para não incorrer no problema de viés de seleção. Tal problema ocorre devido à existência de características não-observáveis (inteligência, planejamento familiar, qualidade da educação que tiveram) que fazem com que algumas mulheres participem do mercado de trabalho enquanto outras fiquem na inatividade,⁸ independentemente do fator maternidade. Acrescenta-se ainda que tais características são, provavelmente, correlacionadas com as características que determinam a participação e/ou o salário destas mulheres no mercado de trabalho. Desta forma, poderíamos incorrer no viés de seleção, ao selecionarmos uma amostra cujas características não seriam as mesmas da população, não sendo assim representativa.

Caso estimássemos os determinantes da inserção feminina e dos impactos nos salários através dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), teríamos estimativas viesadas e inconsistentes da variável de

interesse devido à seleção não-aleatória da amostra. Para corrigir este possível viés, utilizou-se o processo de estimação proposto por Heckman (1979) para a correção do viés de seleção, estimando-se duas equações de regressão: uma referente à participação e outra referente à determinação salarial.

A primeira estimação tem como objetivo determinar a participação da mulher no mercado de trabalho. Para adaptar o modelo de Heckman (1979) ao objetivo em questão, considerou-se a existência de uma variável P^* (presença ou não de filhos) que denota um fator que interfere na participação feminina no mercado de trabalho. Neste caso, de forma parametrizada, pode-se afirmar que, para as mulheres que possuem filho(s), P assume valor 1 ($P=1$), e para as que não possuem, P assume valor 0 ($P=0$). Assim, é razoável supor que existe um vetor de variáveis observadas (Z) que determina P^* (presença ou não de filhos). Portanto, a equação de seleção pode ser descrita como:

$$P_i = Z_i\gamma + \varepsilon_{2i} \quad (3)$$

Onde Z representa as variáveis observadas que determinam a presença ou não de filhos. O subscrito i indica *tem filho* ($i = 1$) ou *não tem filho* ($i = 0$).

As variáveis incluídas na equação de seleção foram: uma *dummy* para raça (igual a 1, se a mulher é *branca*); uma *dummy* para área de residência (igual a 1, se é da *área urbana*); quatro *dummies* para escolaridade (sendo as *analfabetas* a categoria referência); três *dummies* para diferentes faixas de idade (sendo a idade de *16 a 24 anos* a referência).

Por sua vez, a equação primária (referente à participação na força de trabalho) pode ser exposta como:

$$Y_i = X_i\beta + \varepsilon_{1i} \quad (4)$$

Onde X é o vetor de características das trabalhadoras e Y é uma variável dicotômica construída a partir de um *Probit* que representa a equação explicativa da participação na força de trabalho, assumindo valor 1 ($Y=1$), se a mulher participa da força de trabalho, e zero caso contrário ($Y=0$). As variáveis incluídas na estimativa da

⁸ Para alguns autores, além do problema de viés de seleção, pode existir o problema da endogeneidade (neste caso, a fecundidade e a oferta de trabalho seriam determinadas conjuntamente). Para este caso, a solução adequada para a estimação seria o uso de variáveis instrumentais. No entanto, é importante ressaltar a dificuldade em encontrar 'instrumentos' para a fecundidade que preencham ao mesmo tempo os requisitos de ser exógeno e de ter alto poder explicativo conforme dito por Browning (1992) e Pazello (2006).

equação primária foram: uma *dummy* para raça (igual a 1, se a mulher é *branca*); uma *dummy* para área de residência (igual a 1, se é da *área urbana*); três *dummies* para a condição na família (sendo a categoria *outros* usada como referência); quatro *dummies* para escolaridade (sendo as *analfabetas* a categoria referência); três *dummies* para diferentes faixas de idade (sendo a idade *de 16 a 24 anos* a referência); tamanho da família (medida em *número de membros*), uma *dummy* para captar o efeito da migração (igual a 1, se é *migrante*) e, por fim, uma *dummy* para região metropolitana.⁹

Nestes termos, podem-se escrever, de forma extensiva, as duas equações utilizadas na estimação de Heckman (1979):

$$\begin{aligned}
 Y_i &= \beta_0 + \beta_1 raça_{1,i} + \beta_2 resid_{1,i} + \sum_{j=1}^3 \beta_3 cond_{.j,i} + \sum_{j=1}^4 \beta_4 escol_{.j,i} + \\
 &\sum_{j=1}^4 \beta_5 id_{.j,i} + \beta_6 tam_{1,i} + \beta_7 Mig_{1,i} + \beta_8 Rmet_{1,i} + \varepsilon_{1i} \\
 P_i &= 1(\gamma_0 + \gamma_1 raça_{1,i} + \gamma_2 resid_{1,i} + \sum_{j=1}^4 \gamma_3 escol_{.j,i} \\
 &+ \sum_{j=1}^4 \gamma_4 id_{.j,i} + \varepsilon_{2i} > 0)
 \end{aligned} \quad (5)$$

Procedimento similar pode ser feito em relação à segunda equação a ser estimada. Neste caso, porém, o objetivo é decompor os determinantes do salário das mulheres no mercado de trabalho. Assim, pode-se escrever a equação de salários (equação primária) da seguinte forma:

$$\ln W_i = X_i \beta + \varepsilon_{1i} \quad (6)$$

Onde X é o vetor de características das trabalhadoras e W representa o salário-hora. Novamente, faz-se uso de uma segunda equação (equação de seleção) descrita por uma equação de participação, onde, neste caso, P^* é uma função indicadora da participação das mulheres no mercado de trabalho, tal como segue:

9 Para melhor identificação do modelo, o ideal é que algumas variáveis presentes na equação de seleção (modelo probit) sejam excluídas da equação de rendimentos. Segundo Johnston e Dinardo (1997), a exclusão de determinadas variáveis é um tanto arbitraria.

$$P_i = 1(Z_i \gamma + \varepsilon_{2i} > 0) \quad (7)$$

Onde Z inclui variáveis que predizem se as mulheres estão participando ou não do mercado de trabalho. O subscrito i indica se as mulheres *participam* ($i=1$) ou *não-participam* ($i=0$) da força de trabalho.

Para a segunda equação, além das variáveis incluídas na primeira equação, foram acrescentadas: quatro *dummies* para ramo de atividade (sendo o setor industrial usado como base), uma *dummy* para o segmento de mercado formal (igual a 1, se está ocupada no formal¹⁰), três *dummies* para número de filhos – equação de seleção (igual a 1, se não tem filhos). Destaca-se, ainda, a presença da variável tamanho da família (medida em número de membros) na equação de seleção.

$$\begin{aligned}
 Y_i &= \beta_0 + \beta_1 raça_{1,i} + \beta_2 resid_{1,i} + \sum_{j=1}^3 \beta_3 cond_{.j,i} + \sum_{j=1}^4 \beta_4 escol_{.j,i} + \\
 &\sum_{j=1}^4 \beta_5 id_{.j,i} + \beta_6 tam_{1,i} + \beta_7 Mig_{1,i} + \beta_8 Rmet_{1,i} + \sum_{j=1}^4 \beta_9 ram_{.j,i} + \varepsilon_{1i} \\
 P_i &= 1(\gamma_0 + \gamma_1 raça_{1,i} + \gamma_2 resid_{1,i} + \sum_{j=1}^4 \gamma_3 escol_{.j,i} + \sum_{j=1}^4 \gamma_4 id_{.j,i} + \\
 &\sum_{j=1}^4 \gamma_5 filhos_{.j,i} + \sum_{j=1}^3 \gamma_6 cond_{.j,i} + \gamma_7 tam_{1,i} + \varepsilon_{2i} > 0)
 \end{aligned} \quad (8)$$

Por hipótese, assume-se que as variáveis de seleção (*tem filho e participam*, respectivamente, das equações 1 e 2) não estão correlacionadas com as variáveis não-observáveis, que determinam a participação no mercado de trabalho e as horas trabalhadas ou o salário da mulher, mas estão correlacionadas com os determinantes da maternidade e de sua participação no mercado, respectivamente. Ou seja, assume-se que $\varepsilon_{1i} \sim N(0, \sigma)$, $\varepsilon_{2i} \sim N(0, 1)$ e $corr(\varepsilon_{1i}, \varepsilon_{2i}) = 0$ ¹¹

4 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMOSTRA

Os dados utilizados têm como fonte a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de

10 Considerou-se ocupado no segmento formal o trabalhador com registro de carteira assinada, o servidor público, o militar ou o empregador.

11 Para maiores detalhes ver Greene (1993).

1995 e 2009, realizada pelo IBGE. Foram selecionadas as mulheres entre 16 e 65 anos.¹²

De início foi formada uma amostra com 102.474 mulheres (que, de forma expandida, representam 46.334.153 mulheres), em 1995, e 133.581 mulheres (representando o universo de 63.844.411 mulheres), em 2009.

As características gerais da amostra estão descritas na Tabela 1, conforme a região do país e os anos da pesquisa (1995 e 2009). Os principais pontos referem-se a:

- Fecundidade e disparidades regionais.

Enquanto, no Nordeste, a escolaridade média é de 5,2 anos e o número de filhos por mulher é de 2,4 (em 1995), nas regiões mais desenvolvidas, por exemplo, na região Sul, tais indicadores alcançam 6,4 anos médios de estudo e 2,0 filhos por mulher (em 1995). Estes indicadores estão fortemente associados, visto que as mulheres mais escolarizadas possuem um maior conhecimento sobre o controle da reprodução, fazendo uso das mais variadas formas de prevenção e sendo capazes de realizar um planejamento familiar mais estruturado, além de terem um melhor acesso aos serviços básicos de saúde. Em 2009, apesar da absoluta melhora, este diferencial se manteve praticamente constante (1,8 filhos por mulher).¹³

- Precarização do trabalho. A taxa de ocupação feminina é superior aos 50,0% em todas as regiões estudadas, e sofreu uma elevação substancial durante todo o período 1995-2009. No entanto, a taxa de ocupação no segmento formal ainda é bastante

reduzida, visto que menos de 20,0% das mulheres do Nordeste estão inseridas neste segmento.

*- Migração.*¹⁴Dois fatores podem ser destacados em relação ao fenômeno migratório: redução do fluxo de migrantes e o maior percentual de migrantes nas regiões mais desenvolvidas, onde maiores são as oportunidades de emprego. No entanto, é possível observar que houve uma redução deste fluxo, se compararmos os anos 1995 e 2009, indicando, possivelmente, uma reversão deste quadro.

Em seguida, a amostra foi restrita à região nordestina, contabilizando 30.810 mulheres (que, de forma expandida, representam 12.616.616 mulheres), em 1995, e 42.199 mulheres (representando o universo de 17.616.547 mulheres), em 2009. Esta restrição tem o objetivo de analisar mais detalhadamente o Nordeste, embora, sempre que possível, façamos um diagnóstico comparativo com a média observada no país.

Na Tabela 2, descrevem-se as características da amostra conforme a variação do número de filhos por mulher, para a região Nordeste. O objetivo desta tabela é verificar se ocorrem modificações no perfil demográfico e social das mulheres conforme o aumento do número de filhos, para os anos 1995 e 2009.

Em respeito à mudança do perfil da amostra para os anos estudados, observam-se alterações importantes, dentre as quais:

1. *Aumento da taxa de atividade.* Observa-se uma tendência geral de redução do percentual de mulheres inativas e, conseqüentemente, aumento da taxa de atividade, salvo quando analisamos as mulheres com 5 ou mais filhos.
2. *Redução ou manutenção do nível salarial.* Uma simples análise tendo como base o Salário Mínimo (SM) de 1995 (R\$ 100,00) e o de 2009 (R\$465,00) mostra que houve uma redução ou, no máximo, uma manutenção do nível salarial, mesmo sem levarmos em consideração a taxa de inflação do período. As mulheres sem filhos,

¹² A escolha dos anos deve-se a três fatores: 1. Termos uma caracterização geral da década de noventa através da escolha de um ano situado no meio da década, ano de 1995; 2. Fazermos uma análise comparativa entre dois anos visando observar sua evolução temporal; 3. Termos uma caracterização mais recente do mercado de trabalho, ano de 2009. Por sua vez, a restrição da faixa de idade está baseada na literatura (SCORZFAVE; MENEZES FILHO, 2001; PAZELLO; FERNANDES, 2004), e tem por objetivo agregar o máximo possível de informações sobre o impacto da fecundidade tanto da inserção, que, em geral, ocorre nas faixas de idade inferiores, quanto no salário obtido, ao longo dos anos, no mercado de trabalho, contemplando as faixas de idade superiores.

¹³ Resultados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 indicam que, em alguns estados (Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal), a taxa de fecundidade já atingiu um nível inferior ao de reposição. (IBGE, 2009).

¹⁴ Entendido como a mobilidade espacial do indivíduo que nasceu em um estado da federação diferente do que reside atualmente.

Tabela 1 – Características da Amostra Estratificada por Região do País – 1995 e 2009

VARIÁVEIS	REGIÃO				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1995					
Urbana (%)	24,63	76,48	85,08	89,29	83,99
Idade média (anos)	32,91	34,30	33,51	35,76	35,70
Escolaridade (anos)	6,30	5,20	6,18	6,36	6,45
Branca (%)	30,93	30,18	50,36	64,19	85,04
Ocupadas (%)	50,13	52,65	52,73	51,63	59,96
Ocupadas no formal (%)	19,09	15,80	21,09	24,91	26,81
Desocupadas (%)	5,97	4,57	4,54	4,21	4,09
Inativas (%)	43,90	42,78	42,73	44,16	35,95
Migrante (%)	29,31	37,00	21,43	30,89	44,45
Região Metropolitana (%)	75,37	42,22	25,20	48,47	45,13
Filhos (média)	2,45	2,42	2,15	2,00	2,06
2009					
Urbana (%)	81,82	81,50	89,95	92,78	86,96
Idade média (anos)	34,83	36,12	36,28	37,99	38,06
Escolaridade (anos)	7,99	7,52	8,66	8,62	8,61
Branca (%)	25,68	29,63	42,16	55,23	79,77
Ocupadas (%)	54,39	52,32	58,79	58,28	63,33
Ocupadas no formal (%)	20,15	19,16	29,53	32,12	35,06
Desocupadas (%)	7,39	8,39	7,26	7,61	5,58
Inativas (%)	38,22	39,28	33,93	34,09	31,08
Migrante (%)	24,72	31,26	19,30	27,02	40,62
Região Metropolitana (%)	21,31	40,30	26,83	45,50	43,93
Filhos (média)	2,22	1,96	1,80	1,65	1,71

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1995, 2009).

por exemplo, ganhavam em média cerca de 1,45 SM em 1995 e passaram a cerca de 1,05 SM em 2009. É importante observar também que, tanto para 1995 quanto para 2009, a presença de 1 ou 2 filhos não incorreu em redução do salário das mulheres; a partir do terceiro filho, é que verifica a diminuição do salário no trabalho principal (no caso em 1995).

3. *Fecundidade.* Os números parecem indicar que uma maior taxa de fecundidade tende a reduzir

a participação das mulheres no mercado de trabalho. Tal ocorrência é mais fácil de ser verificada em 2009, quando a participação das mulheres no mercado de trabalho (ocupadas ou desocupadas) reduz-se significativamente conforme aumenta o número de filhos.¹⁵ Destaca-se, ainda, uma relação inversa entre número de filhos e nível de escolaridade das

¹⁵ Deve-se ter cautela nesta afirmação devido à forte endogeneidade destas variáveis.

mães, onde, de uma forma geral, as mulheres mais escolarizadas possuem um número menor de filhos. Este diagnóstico deve ser decorrente do maior acesso às informações sobre controle de fecundidade, principalmente deste grupo de mulheres, e também devido à mudança do perfil das mulheres, que estão, cada vez mais, reduzindo seu tempo disponível às atividades domésticas e ampliando as horas destinadas ao mercado de trabalho.

4. *Fecundidade.* A concentração de famílias com número elevado de filhos indica a falta de acesso da população a informações e serviços de saúde reprodutiva, que, na maioria das vezes, encontra-se associado ao baixo capital humano, apesar de se ter observado uma redução significativa no percentual de mulheres com 5 ou mais filhos, de 18,04% para 4,91% no período 1995-2009.

Tabela 2 – Características da Amostra Estratificada por Número de Filhos – Região Nordeste – 1995 e 2009

VARIÁVEIS	NÚMERO DE FILHOS			
	Nenhum	1 ou 2	3 ou 4	5 ou mais
1995				
Urbana (%)	75,58	81,28	75,58	62,52
Idade média (anos)	38,82	32,45	38,82	47,68
Escolaridade (anos)	4,59	6,02	4,59	2,07
Branca (%)	29,80	32,45	29,80	24,20
Ocupadas (%)	54,77	52,68	54,77	54,46
Ocupadas no formal (%)	15,76	19,36	15,76	6,87
Desocupadas (%)	2,83	5,01	2,83	1,55
Inativas (%)	42,40	42,31	42,40	43,99
Migrante (%)	42,30	38,54	42,30	41,45
Região Metropolitana (%)	40,90	47,72	40,90	29,00
Salário médio (R\$) *	418,57	758,87	712,51	652,28
Total (%)	31,68	30,53	19,76	18,04
2009				
Urbana (%)	84,00	85,20	78,92	64,95
Idade média (anos)	26,76	35,88	43,25	50,93
Escolaridade (anos)	9,44	8,18	5,74	2,78
Branca (%)	32,63	31,03	26,82	20,85
Ocupadas (%)	48,64	56,14	52,44	48,31
Ocupadas no formal (%)	20,98	22,95	15,04	7,18
Desocupadas (%)	11,67	8,49	5,79	3,38
Inativas (%)	39,69	35,37	41,78	48,31
Migrante (%)	22,59	32,87	37,51	38,77
Região Metropolitana (%)	43,55	44,06	36,08	24,49
Salário médio (R\$) *	486,68	803,16	890,64	842,48
Total (%)	31,52	46,46	17,11	4,91

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1995, 2009).

* Salário médio das mulheres ocupadas.

Tabela 3 – Horas Destinadas ao Trabalho, Estratificada por Região e Número de Filhos – Região Nordeste e Brasil – 1995 e 2009

REGIÃO	NÚMERO DE FILHOS							
	Nenhum	1	2	3	4	5	6	7
1995								
Nordeste	37,69	35,89	34,01	32,72	31,45	30,33	29,71	28,67
Brasil	38,99	36,98	35,00	34,46	33,58	32,39	31,28	29,51
2009								
Nordeste	36,02	34,45	32,86	31,64	30,56	28,99	25,30	27,31
Brasil	37,22	37,14	35,67	34,20	33,27	31,19	30,26	27,40

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1995, 2009).

De forma mais detalhada, a Tabela 3 enfoca o aspecto da participação da mulher no mercado de trabalho. Como *proxy* desta participação, consideraram-se as horas destinadas ao trabalho principal. Esta tabela retrata as horas alocadas ao trabalho principal conforme o número de filhos por mulher (variando de nenhum filho a sete filhos) tanto da região Nordeste quanto da média observada no Brasil, pois, como se sabe, o tamanho da prole influencia a intensidade dos encargos diários e a regulação do tempo doméstico.¹⁶

A Tabela 3 descreve uma redução significativa do tempo diário destinado ao trabalho principal entre os anos de 1995 e 2009. Enquanto as mulheres que não são mães destinaram, na sua atividade principal, aproximadamente, 38 horas semanais em 1995, este número reduz-se para 28 horas semanais quando o comparamos com as mulheres que possuem sete filhos em média. Observa-se ainda que, apesar de pequena, existe diminuição das horas destinadas ao trabalho principal tanto no Nordeste quanto no Brasil, quando comparamos o ano de 1995 com o de 2009. Por último, cabe destacar nesta tabela que, de uma forma geral, as mulheres residentes no Nordeste do país destinam um menor número de horas semanais ao trabalho comparativamente à média observada no Brasil.

Uma última tabela da análise descritiva (Tabela 4) refere-se aos resultados do teste da igualdade

de médias para as horas disponíveis ao trabalho estratificado segundo o número de filhos por mulher. As estimativas foram feitas tanto para o Nordeste quanto para o Brasil (considerando o Brasil como o agregado de todas as suas macrorregiões).

Os resultados da Tabela 4 mostram que o Nordeste segue o mesmo padrão observado no Brasil, indicando, de uma forma geral, que o número de horas destinadas ao trabalho se reduz significativamente quando aumenta o número de filhos por mulher, principalmente no Nordeste onde a média de horas destinadas ao trabalho é inferior à observada para o Brasil. Observe que para as mulheres nordestinas que têm até 2 filhos, a maternidade reduz o número de horas dedicadas ao trabalho (35,19 horas contra 35,82 horas das que não são mães) e que esta diferença é significativa do ponto de vista estatístico. O mesmo resultado pode ser observado para o Brasil, corroborando o diagnóstico de que a maternidade tende a reduzir o tempo destinado ao trabalho.

As últimas linhas mostram os resultados do teste de igualdade de médias para o grupo formado por todas as mulheres que possuem filhos (independentemente do número de filhos) e o grupo formado por aquelas que não têm filhos, tanto para o Nordeste quanto para o Brasil. Os resultados, a partir do número de filhos menor ou igual a dois, mostram que, quanto maior for a presença de filhos, maior é a redução do tempo destinado ao exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

¹⁶ Segundo Costa (2002), até o surgimento da pílula anticoncepcional, o quadro demográfico restringia o emprego feminino.

Tabela 4 – Teste da Igualdade de Médias para as Horas Disponíveis ao Trabalho Estratificado por Número de Filhos por Mulher – Região Nordeste e Brasil – 2009

NÚMERO DE FILHOS POR MULHER	Horas média		Teste de igualdade de médias	
	Nordeste	Brasil	T – Test (sig.)	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
Filhos = 0	35,82	37,22		
Filhos = 1	36,02	37,14	0,719 (0,472)	-0,601 (0,548)
Filhos = 0	35,82	37,22		
Filhos <= 2	35,19	36,35	-2,623 (000)	-7,543 (0,000)
Filhos = 0	35,82	37,22		
Filhos <= 3	34,64	35,85	-5,086 (000)	-12,114 (0,000)
Filhos = 0	35,82	37,22		
Filhos <= 4	34,32	35,61	-6,539 (0,000)	-14,331 (0,000)
Filhos = 0	35,82	37,22		
Filhos <= 5	34,13	35,43	-7,416 (0,000)	-15,964 (0,000)
Filhos = 0	35,82	37,22		
Filhos >= 1	33,52	35,02	-10,106 (0,000)	-19,576 (0,000)

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (2009).

5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES DA ANÁLISE ECONÔMETRICA

Os dois últimos subtópicos são referentes às análises econométricas tendo como base a região Nordeste. Inicialmente, analisaremos os determinantes da participação feminina na força de trabalho e, em seguida, os determinantes do salário da mulher no mercado de trabalho da região.

5.1 – Os Determinantes da Participação Feminina na Força de Trabalho

A Tabela 5 retrata os resultados da estimação da participação da mulher no mercado de trabalho da região Nordeste. Os valores estimados para os dois anos da análise foram semelhantes para as variáveis *raça* (indicando que as mulheres brancas têm menor probabilidade de participar do mercado de trabalho em relação às não-brancas, possivelmente devido às desigualdades sociais e de renda que se observa na região), *urbana* (indicando que a residente na

área urbana tem menores chances de participação no mercado comparativamente às não-urbanas) e *migrante* (o coeficiente negativo para 1995 mostra que as mulheres que nasceram em um estado da federação diferente do estado onde reside atualmente apresentam menores probabilidades de participação comparativamente às não-migrantes).

De forma inesperada, à primeira vista, o coeficiente associado ao *tamanho da família* foi significativo e positivo em 1995 e insignificante em 2009. Desta feita, para 1995, o sinal do coeficiente estimado indica que o aumento de um membro na família eleva a probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho. Possivelmente, esse resultado esteja refletindo a necessidade da mulher de ingressar no mercado de trabalho visando complementar a renda doméstica.¹⁷ Já em 2009, o parâmetro não apresentou

¹⁷ Tal resultado, todavia, não refuta os achados anteriores, visto que, na análise econométrica, analisamos os determinantes da participação da mulher no mercado de trabalho, enquanto, na análise descritiva, o objetivo era diagnosticar o tempo, em

Tabela 5 – Resultados do Modelo *Probit*, com Correção de Heckman, para Determinantes da Participação da Mulher na Força de Trabalho – Região Nordeste – 1995 e 2009

VARIÁVEIS / ANO		1995		2009	
		Coefficiente	P > Z	Coefficiente	P > Z
Participação					
Constante		-0,132	0,369	-0,724	0,000
Raça	Branca	-0,097	0,000	-0,103	0,000
Área de residência	Urbana	-0,522	0,000	-0,290	0,000
	Chefe	0,051	0,432	0,427	0,000
Condição na família	Cônjuge	-0,298	0,000	0,187	0,000
	Filho	-0,041	0,662	0,288	0,000
	De 1 a 3	0,151	0,000	0,152	0,000
Escolaridade (anos de estudo)	De 4 a 7	0,158	0,000	0,272	0,000
	De 8 a 10	0,187	0,000	0,337	0,000
	Mais de 10	0,539	0,000	0,645	0,000
Faixa etária (anos)	De 25 a 30	0,547	0,000	0,501	0,000
	De 31 a 40	0,854	0,000	0,800	0,000
	Acima de 40	0,594	0,000	0,526	0,000
Tamanho da família	Número de membros	0,015	0,003	-0,005	0,395
Migração	Migrante	-0,062	0,001	-0,020	0,202
Área metropolitana	Região metropolitana	-0,031	0,119	0,022	0,184
Select (tem filho)					
Constante		-0,237	0,000	-0,359	0,000
Raça	Branca	-0,013	0,475	-0,087	0,000
Área de residência	Urbana	-0,088	0,000	-0,040	0,070
	De 1 a 3	0,048	0,108	0,309	0,000
Escolaridade (anos de estudo)	De 4 a 7	-0,030	0,275	0,300	0,000
	De 8 a 10	-0,372	0,000	-0,128	0,000
	Mais de 10	-0,631	0,000	-0,490	0,000
Faixa etária (anos)	De 25 a 30	1,121	0,000	1,093	0,000
	De 31 a 40	1,597	0,000	1,563	0,000
	Acima de 40	1,641	0,000	1,773	0,000
Mills					
Inversa de Mills		0,442	0,005	0,368	0,013

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir dos Dados do IBGE (1995, 2009).

Em todas as equações, o teste da Razão de Verossimilhança foi significativo. Prob > chi2 = 0,0340 (1995); Prob > chi2 = 0,0167 (2009).

significância estatística, não sendo possível, portanto, maiores conclusões a respeito.

A *idade* contribui positivamente para explicar a probabilidade de participação ativa no mercado de trabalho, principalmente para as situadas na faixa entre 31 e 40 anos de idade. O mesmo diagnóstico pode ser feito em relação à variável *educação* (anos de estudo). Quanto maior o investimento em capital humano, maior é a probabilidade de participação da mulher no mercado. De outra forma, pode-se inferir que, quanto menor a educação, maior a dificuldade de colocação no mercado de trabalho. Possivelmente, este fato é reflexo do custo de oportunidade diferenciado que as mais qualificadas possuem.

Em relação ao coeficiente associado à *condição da família*, destaque se faz à mudança de sinal da variável cônjuge entre os anos 1995 e 2009. Enquanto, na primeira estimação, o seu sinal foi negativo, na segunda, o coeficiente apresentou sinal positivo, sugerindo que as mulheres casadas estão cada vez mais inserindo-se no mercado de trabalho – algo já apontado na literatura econômica.¹⁸

No que respeita aos parâmetros estimados da equação de seleção, duas variáveis merecem ser destacadas: a *área de residência* e o *nível de escolaridade*. Ambas estão relacionadas à maior capacidade destas mulheres de realizar um planejamento familiar, dado que se está observando uma mudança significativa no comportamento das mulheres em relação a sua participação no mercado de trabalho. Atualmente, as mulheres estão cada vez mais reduzindo o tempo destinado às tarefas domésticas, em troca de atividades mercantis, assumindo a condição de chefe-de-domicílio e exigindo direitos iguais de oportunidades no mercado de trabalho.¹⁹

Por fim, os coeficientes da inversa de Mills estimados foram consistentes e positivos, o que corrige a tese do viés de seleção e reforça

a necessidade da aplicação do referido modelo. Ademais, em relação ao fato de ser mãe (ter filho) ou não, fica evidente a associação inversa entre os níveis mais elevados de educação formal e presença de filhos.

5.2 – Os Determinantes do Salário da Mulher no Mercado de Trabalho

A última estimação refere-se aos determinantes do salário da mulher no mercado de trabalho nordestino cujos resultados encontram-se na Tabela 6.

Os coeficientes estimados mostram que mulheres da raça branca, residentes na área urbana ou na região metropolitana, possuem salários mais elevados comparativamente às mulheres não-brancas, residentes na zona rural e que moram fora da região metropolitana, respectivamente. Com respeito à escolaridade e aos níveis de idade, observou-se que mulheres mais qualificadas e mais velhas têm um perfil de salários crescentes.

No referente aos parâmetros estimados da equação de seleção, destaca-se que, conforme aumenta o número de filhos por mulher, aumenta a intensidade do parâmetro estimado, indicando a existência de uma relação negativa entre taxa de fecundidade e participação no mercado de trabalho. Observa-se que as mulheres que têm cinco ou mais filhos apresentam uma taxa de participação entre 15% e 24% inferior àquelas que não possuem filhos, conforme o ano analisado, tendo, assim, impacto nos determinantes salariais.

Por fim, o coeficiente estimado da variável inversa de Mills (λ) foi estatisticamente significativo a 1,0%, corroborando a necessidade de correção do viés de seleção amostral. O sinal negativo dessa variável tanto para 1995 quanto para 2009 indica que fatores não-mensurados (como, por exemplo, a qualidade da educação), que elevam a probabilidade da participação feminina na força de trabalho, reduzem o salário auferido no mercado de trabalho. Esses fatos nos levam a concluir que a não-utilização do procedimento em dois estágios de Heckman poderia gerar um viés sobre os verdadeiros efeitos das variáveis exógenas sobre os determinantes do salário das mulheres.

horas, que a mulher destinava ao mercado de trabalho.

18 Souza (2002); Pazello (2006) e Marri e Wajnman (2006).

19 Marri e Wajnman (2006) reforçam a participação das esposas como provedoras de renda familiar.

Tabela 6 – Resultados do Modelo Linear, com Correção de Heckman, para Determinantes do Salário da Mulher – Região Nordeste – 1995 e 2009

VARIÁVEIS / ANO		1995		2009	
		Coefficiente	P > Z	Coefficiente	P > Z
Ln (salário)					
Constante		-1.211	0,000	0.011	0.951
Raça	Branca	0.208	0.000	0.205	0.000
Área	Urbana	0.274	0.000	0.094	0.000
	De 25 a 30	0.017	0.751	0.094	0.010
Faixa etária (anos)	De 31 a 40	0.114	0.128	0.191	0.000
	Acima de 40	0.379	0.000	0.403	0.000
Escolaridade (anos de estudo)	De 1 a 3	0.050	0.190	0.029	0.437
	De 4 a 7	0.227	0.000	0.162	0.000
	De 8 a 10	0.458	0.000	0.326	0.000
Condição na família	Mais de 10	0.926	0.000	0.678	0.000
	Chefe	0.293	0.000	-0.025	0.490
	Cônjuge	0.480	0.000	0.088	0.001
Migração	Filho	0.180	0.001	-0.026	0.376
	Migrante	-0.011	0.426	0.000	0.973
Área metropolitana Mercado	Região metropolitana	0.179	0.000	0.117	0.000
	Mercado Formal	0.208	0.000	0.479	0.000
Ramo de Atividade	Agrícola	-0.010	0.782	-0.044	0.190
	Comércio	0.204	0.000	0.142	0.000
	Serviços diversos	0.093	0.000	0.313	0.000
	Outras atividades	0.700	0.000	0.418	0.000
Select (participação no mercado)					
Constante		-0.223	0.001	-0.930	0.000
Raça	Branca	-0.129	0.000	-0.117	0.000
Área	Urbana	-0.053	0.016	0.161	0.000
	De 1 a 3	0.213	0.000	0.244	0.000
Escolaridade (anos de estudo)	De 4 a 7	0.215	0.000	0.369	0.000
	De 8 a 10	0.281	0.000	0.452	0.000
	Mais de 10	0.890	0.000	1.044	0.000
Faixa etária (anos)	De 25 a 30	0.400	0.000	0.449	0.000
	De 31 a 40	0.619	0.000	0.674	0.000
	Acima de 40	0.265	0.000	0.330	0.000
Filhos	Até 2 filhos	-0.069	0.021	-0.123	0.000
	De 3 a 4 filhos	-0.098	0.005	-0.174	0.000
	5 ou mais filhos	-0.149	0.000	-0.233	0.000
Condição na família	Chefe	-0.001	0.990	0.400	0.000
	Cônjuge	-0.514	0.000	0.065	0.059
Tamanho da família	Filho	-0.443	0.000	-0.035	0.301
	Número de membros	0.021	0.000	-0.018	0.001
Mills					
Inversa de Mills		-0.508	0,009	-0.344	0,004

Fonte: Elaboração Própria a partir dos Dados do IBGE (1995, 2009).

Em todas as equações o teste da Razão de Verossimilhança foi significativo. Prob > chi2 = 0.0001 (1995); Prob > chi2 = 0.000 (2009).

5 – COMENTÁRIOS FINAIS

Este trabalho procurou abordar algumas características relacionadas à oferta de trabalho feminina no Brasil nos anos de 1995 e 2009. Especificamente, tratou a questão da fecundidade do ponto de vista puramente econômico, com ênfase na região Nordeste.

As análises descritivas ratificaram a existência de um efeito substituição negativo e superior ao efeito renda, provocado pela presença adicional de um filho na família. Embora tenha sido observada a redução das taxas de fecundidade nos últimos anos, alcançando patamares próximos aos apresentados pelos países mais desenvolvidos, ainda se percebe uma elevada disparidade notadamente entre o Nordeste e as regiões do centro-sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Destacou-se, também, a associação existente entre o nível de escolaridade e a taxa de fecundidade, indicando que as mulheres mais escolarizadas possuem maiores e melhores condições de controle de fecundidade.

As análises econométricas para a variável tamanho da família indicaram, para 1995, uma relação direta com a participação feminina no mercado de trabalho nordestino, enquanto, para 2009, o diagnóstico foi inconclusivo devido à insignificância do parâmetro. No referente aos determinantes da remuneração salarial, os resultados indicam que altas taxas de fecundidade intervêm na remuneração salarial, ocasionando uma perda de salário. Constatou-se que a presença de filhos é uma importante variável para explicar os ganhos salariais da mulher, visto que as mulheres com filhos possuem rendimentos inferiores aos das que não têm filhos.

Visto que a determinação do número de filhos por mulher deve estar associada a um controle de fecundidade, considera-se que tal medida deva ser de interesse coletivo, portanto, uma política de Estado. Caberia ao governo prover às mulheres o acesso a melhores condições de saúde e informações acerca de sua vida sexual, para que ocorra um melhor planejamento no que respeita à maternidade e sua condição da mulher no mercado de trabalho, pois, sabe-se que o Brasil apresenta uma forte heterogeneidade regional, haja vista as diferenças

socioeconômicas existentes, quando comparamos o Norte-Nordeste com as demais regiões do Centro-Sul. Não se pretende, com isso, afirmar que a redução da taxa de fecundidade é a solução para melhoria da condição econômico-financeira das famílias, haja vista que não existe qualquer evidência de elevação significativa e sustentada da renda familiar *per capita* entre os anos 1980 e início do século XXI, quando a taxa de fecundidade começou a cair drasticamente. Entretanto, acredita-se que o planejamento familiar, por qualquer que seja a ótica analisada (não apenas a econômica) é importante para o desenvolvimento pessoal, familiar e social.

Por fim, é importante destacar que os resultados apresentados neste artigo são para o conjunto de todas as mulheres, logo, impactos diferenciados podem ser obtidos, caso se restrinja a análise a um grupo menor. Ademais, devido à dificuldade de se encontrar uma variável instrumental para a fecundidade, fez-se o uso de um maior número de variáveis explicativas possíveis que estejam relacionadas à presença de filhos.

ABSTRACT

This study approaches some characteristics related to the women's labour supply in Brazil in 1995 and 2009, addressing the issue of fertility as a central element of the study focusing on the Northeast of Brazil. The descriptive analysis confirmed the presence of a negative substitution effect, which is higher than the income factor, caused by the additional presence of a child in the family, starting from a certain number of children. The econometric analyses indicate that the fertility rate has influence in both the participation (reducing women's participation in the labor market, in 1995) and the determinants of women's salary in the labor market (resulting in lost wages, both in 1995 and in 2009). Concerning the latter point, for example, a woman with three or four children may have a reduction of 17.4% in wage compared to a woman who has no children. wage compared to a woman who has no children.

KEY WORDS

Fertility. Employment. Salary.

REFERÊNCIAS

- BERQUO, E.; CAVENHAGI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.
- BROWNING, M. Children and household economic behavior. **Journal of Economic Literature**, v. 30, p. 1434-1475, 1992.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. V. 1.
- CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência nas camadas populares do Rio de Janeiro: um problema de classe ou de geração?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: VIOLÊNCIAS, O ESTADO E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, 13., 2002, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 2002.
- CHIAPPORI, P. A. Collective labor supply and welfare. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 100, n. 3, p. 437-67, 1992.
- COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002.
- DEL BOCA, D.; LOCATELLI, M.; PASQUA, S. Employment decisions of married women: evidence and explanations. **Labour**, v. 14, n. 1, p. 35-52, 2000.
- FERNANDES, M. M.; SCORZAFAVE, L. G. D. S. Estimação da oferta de trabalho com modelos coletivos: uma aplicação para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Recife, 2007.
- GREENE, W. **Econometric analysis**. New York: Prentice Hall, 1993.
- HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, v. 47, n. 1, p. 153-161, 1979.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: microdados**. [S.l.], 1995.
- _____. _____. [S.l.], 2009.
- JOHNSTON, J.; DINARDO, J. **Econometrics methods**. 4th ed. New York: McGraw-Hill Editor, 1997.
- KILLINGSWORTH, M. R.; HECKMAN, J. J. Female labor supply: a survey. In: ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (Ed.). **Handbook of labor economics**. Amsterdam: Elsevier Science Publishers B. V., 1986. V. 1.
- LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 826).
- _____. **Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Cidade de Publicação: CEPAL, 2000. (Série políticas sociais).
- MARRI, I.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2006.
- MINCER, J. Market Prices, Opportunity Costs and Income Effects. In: CHRIST, C.F.; FRIEDMAN, M.; GOODMAN, L.A.; GRILICHES Z.; HARBERGER A.C.; LIVIATAN, N.; MINCER, J.; MUNDLAK, Y.; NERLOVE, M.; PATINKIN, D.; TELSER, L.G.; THEIL, H. (Ed.). **Measurement in Economics**. Stanford, California, Standard University Press, 1963.
- OIT. **Global Employment Trends for Women**. Genebra, 2008.
- PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 31., 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004.

PAZELLO, E. T. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho?: um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. **Estudos Econômicos**, v. 36, p. 507-538, 2006.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N.
A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 293).

SOUZA, G. A. A. de. Implicações sociais dos novos padrões de reprodução demográfica na Bahia. **Cadernos do CRH** (UFBA), Salvador, v. 18, n. 43, p. 71-86, jan./abr. 2005.

SOUZA, M. O. **Determinantes da oferta de trabalho da mulher casada: o caso brasileiro**. 2002. f. Dissertação (Mestrado em) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2002.

Recebido para publicação em 03.01.2010